



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 9/ 2021 . mjose

DATA : 08/02/2021	
NIPG : 574/21	DE : Maria José Costa
REGISTO (DOC.) : 791/21	PARA : Sr.ª Vereador da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	ASSUNTO : Peças do procedimento – Serviço de cópias para o agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé
PROCESSO : ----	

DESPACHO :

APROVO AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA DESPESA.

08-02-2021 Miguel Franco

PARECER :

Pode o Srº Vereador aprovar a abertura e Peças do procedimento –Serviço de cópias para o agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé.

Carla Victor em 08-02-2021

carla victor

SEGUIMENTO:

TEXTO :

No cumprimento do Despacho Superior de 25 de janeiro de 2021 do Vereador da Câmara Municipal, exarado no doc 681/21 do Vereador Miguel Franco, cumpre informar sobre os trâmites legais, para efeitos do presente procedimento.

Da decisão de contratar:

De acordo com o estipulado nos art.º (s)32.º a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada (doravante designado por CCP), solicita-se autorização para a Serviço de cópias para o agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé.

Escolha do tipo de procedimento:

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de ajuste direto conforme informação da Coordenadora Técnica do Aprovisionamento e Património em 28/1/2021.

Entidades a convidar:

Quanto ao número de entidades a convidar, prevê o art.114º, CCP, que, sempre que o considere conveniente, a entidade adjudicante pode convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

Propõe-se, que seja convidada a seguinte entidade prestadora deste tipo de serviços, conforme indicação do Verador Miguel Franco em 25/01/2021.

-Copialta Representações Lda

NIF: 502 852 577

De acordo com a informação reportada, verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP; não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite conforme informação da Coordenadora Técnica do Aprovisionamento e Património em 28/1/2021.

Preço:

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.1 do art. 47.º do CCP, conforme informação do Vereador Miguel Franco em 25/01/2021, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de € **4.992,00 (quatro mil novecentos e noventa dois euros)** acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a satisfazer pela proposta de cabimento 157/2021.

O preço foi fixado, no valor estimado do contrato e tem como referência os custos médios unitários da prestação do mesmo tipo adjudicada no procedimento anterior, que tinha o compromisso nº 2020/893 (cfr. art. 17º/7, CCP), informação do Vereador.

Do Júri do procedimento:

Nos termos do artigo 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um Júri, salvo no caso de ajuste direto em que tenha sido apresentada uma única proposta. Dispensa-se assim, a constituição de Júri do procedimento.

Caução:

Não à lugar a prestação de caução.

Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimento:

a)Do prazo para a apresentação de proposta:

O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).

b)Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento: Fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).

c)Da adjudicação: Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subsequentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. No presente caso deve o concorrente apresentar no ato da apresentação da proposta apresentar os documentos de habilitação conforme é solicitado no convite.

Entidade competente:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a entidade competente para autorizar a despesa é do Presidente da Câmara Municipal. No uso dos poderes que lhe foram delegados foi subdelegado no Vereador (Miguel Francisco Simões Franco), por despacho de 21 de janeiro de 2021 as suas competências no âmbito da contratação pública.

CONCLUSÃO :**Propomos:**

Aprovação do Convite e Caderno de Encargos, que vão em anexo à presente informação.

A Técnica Superior:



08-02-2021 M^aJose Costa

Maria José Costa